



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



## OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1808-1931): UM PROJETO DE PESQUISA

**Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes**

cristiane@fslf.com.br

Faculdade São Luís de França

### RESUMO

No Brasil colonial, fazer referência a Educação Superior, era, em grande parte, fazer referência à Universidade de Coimbra, fundada em 1290, e uma das instituições educacionais mais antigas do mundo e ainda em funcionamento na atualidade. Com a chegada da família real, em 1808, o ensino superior deu seus primeiros passos com a Escola de Medicina fundada na Bahia, muito embora algumas iniciativas anteriores já estivessem sendo vislumbradas. Os primeiros cursos de ciências jurídicas tiveram início a partir de 1827 nas cidades de Olinda e de São Paulo. A primeira universidade do Brasil, formalmente constituída, apareceu apenas no século XX, em Manaus e foi fundada em 17 de janeiro de 1909 (ainda que não fosse duradoura), ou seja, cem anos depois da chegada de Dom João VI e comitiva ao Brasil. O que aconteceu durante este século é nosso interesse pesquisar, sendo o presente artigo fruto de um projeto de pesquisa. Assim, iremos traçar um nexos com as primeiras iniciativas da formalização das universidades que surgiram no Brasil e os fatos que levaram a sua conjectura. Os estudos sobre a história da educação superior em nosso país são pequenos, centralizados em poucos autores, o que aponta para a necessidade e oportunidade de se trabalhar com a temática aqui proposta.

**Palavras-chave: Ensino Superior – Brasil - História; Universidade; Educação Superior; Universidades e faculdades; Políticas Educacionais.**

### INTRODUÇÃO

Historicamente, a origem das universidades está ancorada no cristianismo, mais especificamente no seio da Igreja Católica, tendo como ponto de partida as abadias e as colegiadas[1]. Durante muito tempo, o acesso ao conhecimento e ao mundo letrado ficou restrito aos mosteiros, aos conventos e aos templos. Estes espaços acabaram se tornando uma espécie de ilha intelectual ou monopólio erudito, disponível para uma fatia muito reduzida e seleta da população.

Assim, o nascimento das universidades se deu através das faculdades de teologia, as quais findaram por desenvolver as faculdades científicas, na medida em que a ação religiosa foi perdendo seu influxo pelo poder real.

As universidades europeias, fundadas por volta do século XII, foram constituídas na Itália e na França para o estudo do Direito, da Medicina e da Teologia. As primeiras foram as universidades de Oxford, Paris e Bolonha.

O surgimento das primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, é um momento capital da história cultural do Ocidente medieval (...). Pode-se compreender que ela comportou, em relação à época precedente, elementos de continuidade e elementos de ruptura. Os primeiros devem ser buscados na localização urbana, no conteúdo dos ensinamentos, no papel social atribuído aos homens de saber. Os elementos de ruptura foram inicialmente de ordem institucional. Mesmo que se imponham aproximações entre o sistema universitário e outras formas contemporâneas de vida associativa e comunitária (confrarias, profissões, comunas), este sistema era, no domínio das instituições educativas, totalmente novo e original, [...] o agrupamento dos mestres e/ou dos estudantes em comunidades autônomas reconhecidas e protegidas pelas mais altas autoridades leigas e religiosas daquele tempo, permitiu tanto progressos consideráveis no domínio dos métodos de trabalho intelectual e da difusão dos conhecimentos quanto uma inserção muito mais eficiente das pessoas de saber na sociedade da época (VERGER, 2001, p.189-190).

Na sequência da fundação das universidades européias, a Universidade de Coimbra, fundada em 1290, em Lisboa, é uma das instituições educacionais mais antigas do mundo ainda em funcionamento na atualidade. Em **1308, a instituição foi transferida para Coimbra; regressou a Lisboa em 1338 e a Coimbra em 1354; voltou a Lisboa em 1377 e definitivamente instalou-se em Coimbra em 1537**, quando ficou sob a dependência do mosteiro de Santa Cruz.

Portanto, foi na Universidade de Coimbra que muitos brasileiros buscaram formação profissional, uma vez que na Colônia não existiam cursos superiores, por conta de uma grande resistência da Coroa portuguesa que preferia centralizar a educação superior em Coimbra. Por este motivo, alguns autores consideram a Universidade de Coimbra como precursora da educação superior no Brasil[2].

Somente com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, é que se iniciou um projeto de instalação da universidade no País. Alguns cursos foram criados no Rio de Janeiro e em Salvador para formar profissionais destinados a atender, sobretudo, aos quadros burocráticos do Estado, mesmo não havendo uma estrutura formal que se pudesse chamar de Universidade.

Sendo assim, o Ensino Superior deu os primeiros passos no Brasil com a Escola de Medicina criada por D. João VI em 1808: a Escola de Cirurgia do Hospital Militar da Bahia e poucos meses depois a Escola de Cirurgia e Medicina do Hospital Militar do Rio de Janeiro (NUNES, 2008).

A instalação da Corte Real no Rio de Janeiro marcou o início da criação de diversas instituições de ensino superior, tais como a Academia Real Militar (1810), que deu origem à Escola Politécnica; ao Curso de Agricultura (1812), anexo ao Real Jardim Botânico; de Química (1817) e de Matemática Superior (1809) em Pernambuco, entre outros (FÁVERO, 2000, p. 9).

Foram nos debates da Constituinte de 1823 que se iniciaram as discussões sobre a instalação de cursos

jurídicos no Brasil, porém, o Imperador dissolveu a Constituinte, outorgando meses depois a Constituição de 1824. A retomada de uma proposta, ao que parece, só teria efeitos mais concretos muito tempo depois, com a criação dos primeiros cursos jurídicos, a partir de 1827 em Olinda e na cidade de São Paulo.

A primeira universidade do Brasil, formalmente constituída, apareceu apenas no século XX, em Manaus e foi fundada em 17 de janeiro de 1909, com o nome de Escola Universitária Livre de Manáos, que depois passou a ser conhecida como Universidade de Manáos, hoje Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Na sequência, outras Universidades Brasileiras foram surgindo, como a Universidade Federal do Paraná (em 19/12/1912), Universidade Federal do Rio de Janeiro (07/09/1920), a Universidade Federal de Minas Gerais (07/09/1927) e a Universidade de São Paulo (25/01/1934).

Portanto, a universidade não nasceu com hora e data fixados, mas foi fruto de concepções que discorreram sobre a chamada universidade moderna, produzida ao longo do século XIX, sendo gerada sob impulso do desenvolvimento das ciências, do Iluminismo e do Enciclopedismo (ARAÚJO, 2011b). Evidente que as influências iluministas também encontram no Estado a tutela de um modelo a ser seguido, levando em conta aspectos econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma, o pretendemos investigar o processo de institucionalização da educação superior no Brasil, começando (como preâmbulo) pela Universidade de Coimbra (uma vez que não existia educação superior na Colônia), dando prosseguimento com a chegada da família real ao Brasil (e a chegada dos cursos cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro), passando pela fundação das academias militares, pela fundação dos cursos jurídicos (Olinda e São Paulo), das escolas politécnicas e das faculdades de direito e medicina pelo restante do Brasil até a institucionalização das Universidades em 1931[3].

## **A INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

O processo de institucionalização proposto diz respeito a como se deu a organização do ensino superior, ou seja, à criação da estrutura formal de universidade. Nesse sentido, consideramos que as instituições visavam atender ao bem comum e aos fins sociais e as faculdades existentes no Brasil, de forma descentralizada e isolada, não constituíam uma unidade pluridisciplinar, própria do sentido de universidade.

Logo, a investigação do processo de Institucionalização da Educação Superior no Brasil, a partir da Colônia, inicia-se com a chegada da família real. Porém, antes disso, é necessária uma visita pela Universidade de Coimbra, destino da maioria dos brasileiros que buscavam formação superior fora do País.

O recorte temporal desse trabalho parte do ano de 1808, quando se iniciam os cursos cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro. Depois disso, são fundadas as academias militares (o Colégio Militar do Ceará e o Imperial Colégio Militar são criados em 1889), e em 1827 foi a vez dos cursos jurídicos (nas cidades de Olinda e São Paulo).

Somente no século XX, escolas politécnicas[4] e faculdades de Direito e Medicina começam a aparecer pelo restante do Brasil até a institucionalização das Universidades em 1931, quando foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

A Universidade de Coimbra, era o destino mais procurado pelos brasileiros que, ainda na Colônia, desejavam concluir seus estudos superiores. Com a justificativa de decadência e atraso em Portugal e na Universidade, foram escritos Novos Estatutos que acabaram delineando uma nova instituição, gestada sobre os moldes do Iluminismo português e sobre os ares da modernidade europeia.

A atenção à temática da Universidade, sua origem e seus desdobramentos, é propositura da presente pesquisa, com recorte temporal em 1808, com a criação dos cursos médicos, até 1931, com a Reforma Francisco Campos, que, elaborou e implementou reformas de ensino com acentuada tônica centralizadora, cuja necessidade foi estabelecer diretrizes que assumiram formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho[5].

Assim, ao participar dos congressos na área de educação, foi observado3) **História e Historiografia Educacional:** esta linha de pesquisa busca investigar os pressupostos teóricos, historiográficos e culturais da história da educação, bem como as condições de produção da historiografia educacional, levando em conta o papel dos intelectuais, instituições, ideias pedagógicas e políticas educacionais envolvidas em tal processo.

4) **Cultura Moderna e Contemporânea:** esta linha busca investigar o modo como o processo de massificação das práticas e manifestações culturais não hegemônicas, ao alcançarem o espaço cultural das grandes mídias, provoca a construção de novas identidades culturais ao mesmo tempo transgressoras e cooptadas. Nesse sentido, busca compreender a massificação de culturas inicialmente alternativas como um processo que, embora possa ser compreendido como resultado de uma política cultural da diferença, paga obrigatoriamente o preço da cooptação, substituindo a invisibilidade por uma visibilidade regulada e segregada, tanto do ponto de vista econômico quanto étnico e cultural.3) **História e Historiografia Educacional:** esta linha de pesquisa busca investigar os pressupostos teóricos, historiográficos e culturais da história da educação, bem como as condições de produção da historiografia educacional, levando em conta o papel dos intelectuais, instituições, ideias pedagógicas e políticas educacionais envolvidas em tal processo.

4) **Cultura Moderna e Contemporânea:** esta linha busca investigar o modo como o processo de massificação das práticas e manifestações culturais não hegemônicas, ao alcançarem o espaço cultural das grandes mídias, provoca a construção de novas identidades culturais ao mesmo tempo transgressoras e cooptadas. Nesse sentido, busca compreender a massificação de culturas inicialmente alternativas como um processo que, embora possa ser compreendido como resultado de uma política cultural da diferença, paga obrigatoriamente o preço da cooptação, substituindo a invisibilidade por uma visibilidade regulada e segregada, tanto do ponto de vista econômico quanto étnico e cultural.**es e finalidades pedagógicas, políticas e culturais nos sistemas nacionais de educação;**

**2) História e Historiografia Literária:** esta linha busca investigar os modos pelos quais a história e a historiografia literária se constituem como estratégia discursiva preponderante na construção das narrativas das nações, seja consolidando o cânone, seja mobilizando mitos fundacionais ou inventando tradições, bem como a sua relação com o ensino de literatura, em diferentes épocas;

**3) História e Historiografia Educacional:** esta linha de pesquisa busca investigar os pressupostos teóricos, historiográficos e culturais da história da educação, bem como as condições de produção da historiografia educacional, levando em conta o papel dos intelectuais, instituições, ideias pedagógicas e políticas educacionais envolvidas em tal processo.

**4) Cultura Moderna e Contemporânea:** esta linha busca investigar o modo como o processo de massificação das práticas e manifestações culturais não hegemônicas, ao alcançarem o espaço cultural das grandes mídias, provoca a construção de novas identidades culturais ao mesmo tempo transgressoras e cooptadas. Nesse sentido, busca compreender a massificação de culturas inicialmente alternativas como um processo que, embora possa ser compreendido como resultado de uma política cultural da diferença, paga obrigatoriamente o preço da cooptação, substituindo a invisibilidade por uma visibilidade regulada e segregada, tanto do ponto de vista econômico quanto étnico e cultural.

a a pouca incidência de trabalhos voltados às Instituições de Ensino Superior. As estatísticas apontam algo em torno de 4% dos trabalhos destinados a este fim, o que comprova a relevância de estudos que envolvem a temática proposta neste projeto de pesquisa[6].

Para a construção das bases da universidade no Brasil, será importante considerar não apenas a formalização da universidade, enquanto estrutura legal e constituída, mas as iniciativas anteriores por meio dos cursos de Filosofia e Teologia.

Logo, não poderemos deixar de considerar o ano de 1572, como a data de criação dos cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia, bem como os cursos médicos promovidos nas academias militares, para prover médicos e cirurgiões para a marinha e para o exército. A partir de 1808, foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; e, como subproduto, formar profissionais liberais (CUNHA, 2007a, p. 63).

Ou seja, a partir de 1808 foram criadas as primeiras Escolas Superiores no país: a Academia Real da Marinha, a Escola de Engenharia e Artes Militares e os cursos de Anatomia e de Cirurgia na Escola de Medicina no Rio de Janeiro.

Já no Império, com a instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil, em 1827, nas duas cidades consideradas à época capazes de recebê-los, São Paulo e Olinda, toda a formação jurídica passou a ser voltada para as questões brasileiras, direcionadas às características e problemas do país. Os dois cursos foram implantados em casas religiosas. Em São Paulo, no Convento de São Francisco, e em Olinda no Mosteiro de São Bento, onde permaneceu até 1854, quando foi transferido para o Recife.

Os cursos que preparavam os burocratas para o Estado eram as academias militares e os cursos cirúrgicos. Dessa forma, a chegada dos cursos de direito vieram legitimar o cumprimento das atividades cotidianas de elaborar, discutir e interpretar as leis, como tarefa principal do aparato jurídico, fundamental para a concepção da identidade nacional através de um Estado forte e soberano.

No recenseamento de 1870, dados afirmavam taxa de 78% de analfabetos no Brasil, ou seja, era preciso a tomada de algumas providências urgentes. Uma das medidas foi apresentada pelo ministro Leôncio de Carvalho ao expedir o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, em que estabelece uma reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império[7].

A Educação Superior no Brasil se organizou como Universidade a partir da Reforma Francisco Campos ocorrida em 1931. Com essa Reforma, houve a organização das universidades brasileiras segundo o modelo da Universidade do Rio de Janeiro e também houve a criação do Conselho Nacional da Educação (FAVERO, 2000).

Logo, o referido estudo perpassará por algumas das mais importantes reformas educacionais ocorridas no Brasil, que irão delinear o panorama da expansão da Educação Superior, pela fundação das primeiras Instituições do País.

Como a Universidade de Coimbra interferiu na criação da universidade no Brasil Quais iniciativas existiram para que a universidade fosse criada no Brasil São indagações que pretendemos responder a partir da realização da presente proposta de trabalho.

Dessa maneira, investigar o processo de institucionalização da educação superior no Brasil, desde 1808, pela criação dos primeiros cursos cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro, até 1931, com a primeira reforma educacional de caráter nacional, determinando as fases em que as primeiras universidades foram surgindo, compreendendo o projeto de Nação implícito na instituição da Universidade brasileira e verificando se houve influência da Universidade de Coimbra no modelo de universidade proposto no Brasil.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Luiz Antônio Cunha, um dos principais autores no Brasil que pesquisam sobre a temática da Universidade no Brasil, compreende as diversas tentativas de se instituir ou de se organizar um ensino superior, conforme esclarece:

Inicialmente, está claro, para mim, que chamamos de ensino superior,

basicamente, o ensino de Filosofia, Teologia e Matemática (o do colégio da Bahia), do período colonial; o ensino de Anatomia e Cirurgia nos hospitais militares, criados em 1808; o curso de Engenharia implícito na Academia Militar (mais tarde, o ensino "civil" da Engenharia); o ensino de Direito; e outros, ministrados em aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias, faculdades e, já no século XX, nas universidades (CUNHA, 2007a, p. 18).

Dessa maneira, buscaremos estabelecer um vínculo com todas essas iniciativas que foram iniciadas no século XIX, mesmo que seus resultados só tenham tido visibilidade ou reflexos no século seguinte.

Para isso, utilizaremos os pressupostos da historiografia educacional relacionada à matéria, anais parlamentares, peças legislativas e bibliografia relacionada a nacionalidade brasileira. Com base nisso, teremos, ao final, uma sólida e consistente pesquisa que possibilitará a investigação sobre a história da Universidade brasileira, cerne desta pesquisa.

Num provável ambiente de conflitos, é que se corporificou o Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado por Francisco Campos em 1931. É até os desdobramentos desta proposta vanguardista, pautada na perspectiva liberal igualitária que a referida reforma acabou sendo destituída pela política nacional que apontava para outra concepção de educação superior. Dessa forma, a pesquisa proposta deverá observar que a Revolução de 30 e a ascensão de Vargas ao poder mudou o cenário político-institucional de tal maneira que uma tensão entre concepções educacionais era mesmo algo plenamente previsível.

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **Contributos para a história de mentalidade pedagógica portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

ARAÚJO, Ana Cristina. **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **A Universidade Iluminista (1798-1921)**: De Kant a Max Scheler. Brasília: Líber Livro Editora, 2011a.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Iluminista (1929-2009)**: De Alfred Whitehead a Bologna. Brasília: Líber Livro Editora, 2011b.

AZEVEDO, Fernando de. "As origens das instituições escolares". In: **A Cultura Brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 7.ed. São Paulo: Editora da USP, 2010, p. 539-648.

BRAGA, Theophilo. **História da Universidade de Coimbra** nas suas relações com a instrução publica portugueza, t. I, II, III, IV Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898.

BOTELHO, ngela Viana e REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico: Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2002, p. 173

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago.2010, p. 282-299. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf>.

Acesso em: 11 jan. 2012.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Editora Saraiva, Ed. USP, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal**, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra 1772. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, v. I, II e III.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FÉRRER, Francisco Adegildo. O obscurantismo iluminado: Pombal e a Instrução em Portugal e no Brasil (século XVIII). Faculdade de Educação, UNESP, 1997.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A contribuição dos egressos de Coimbra para a construção do Estado-nação no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KANT, Immanuel. **O conflito das faculdades**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo. **A Legislação Pombalina**. Alguns aspectos fundamentais. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Reforma Francisco Campos" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

Acessado em 07/10/2012

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **O espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2a Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade*. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.

POMBAL, Marquês de. **Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra**. Porto: Campo das Letras, 2008.

SILVA, Maria Abádia da. (org.). **A idéia de Universidade**: rumos e desafios. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato Pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

THAYER, Willy. **A crise não moderna da universidade moderna**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.



---

[1] Abadia era uma comunidade monástica cristã, sob a tutela de um abade, e Colegiadas eram dignidades instituídas numa igreja paroquial. De acordo com Braga (1898, I, p. 27-28), a Colegiada era uma corporação que colocava a igreja como centro da vida civil do povo. O termo colégio provém de colegiada. O lugar das reuniões dos associados era chamado *Schola*, onde estava a capela e se tomavam as deliberações coletivas.

[2] Em 1772, o então Marquês de Pombal, reformou completamente os estudos da citada universidade, instituindo as conhecidas "reformas pombalinas", as quais atingiram diretamente a educação portuguesa, seja na corte ou em suas colônias, e mais especificamente os estudos maiores, ampliando cursos existentes e modificando a estrutura acadêmica em Coimbra.

[3] A Reforma Francisco Campos é o nome da primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como "Estado Novo". Dentre algumas medidas da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último foi destinado à "formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional", construindo no seu espírito todo um "sistema de hábitos, atitudes e comportamentos." Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica (MENEZES, 2002).

[4] Em 1909, o decreto 7.566, marca o início do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil, criando 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo chamava de "desafortunadas" à época.

[5] Nessa linha, o Governo Federal elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) à organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31). Referindo-se às finalidades da Universidade, Campos insiste em não reduzi-las apenas à sua função didática. No plano do discurso, caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras imprimir à universidade seu "caráter propriamente universitário", o que na prática não irá ocorrer. Analisando o Decreto nº 19.852/31, que dá nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, observa-se que esse dispositivo é rico em pormenores sobre a citada Faculdade; contudo, não chega a ser imediatamente instalada pelo Governo Federal. Examinando-se o art. 196, verifica-se ainda que não se atribui a essa faculdade o caráter de unidade integradora dos diferentes institutos universitários, desde que sua existência não é obrigatória (FÁVERO, 2000).

[6] Os dados foram retirados dos anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado de 22 a 25 de agosto de 2010 na cidade de São Luís/MA.

[7] Fonte: Instituto Ethos.

Disponível em: .

Acesso em: 07 out. 2012.